

A Administração Pública é fundamental para o desenvolvimento económico, social e cultural do nosso país.

Mesmo nas situações mais difíceis, como foram os últimos anos, as Administrações Públicas, Central, Regional e Local e os seus trabalhadores souberam ser o garante da universalidade do acesso a todos à saúde, à educação, à segurança social, à justiça, à cultura, ao abastecimento e tratamento de águas, à recolha de resíduos e limpeza urbana. Não há Administração Pública capaz de exercer todas estas funções e de responder cabalmente às necessidades do país e dos portugueses sem trabalhadores qualificados e motivados, o que passa pelo respeito pela dignidade do exercício profissional e pelos seus direitos, o que não tem acontecido.

Ao longo dos últimos 4 anos, a Administração Pública foi alvo de um ataque sem precedentes: redução de cerca de 65.000 trabalhadores, destruição das carreiras, congelamento e cortes salariais, aumento do horário de trabalho, apenas alguns exemplos.

Até à presente data, com a luta dos trabalhadores, já foi possível reverter o rumo de algumas das medidas do anterior governo do PSD/CDS e da “troika”, nomeadamente:

- A reposição dos cortes nos salários acima dos 1.500 € (processo que terminará em Outubro de 2016)
- A redução gradual da sobretaxa de IRS até 2017
- A reposição do horário semanal para as 35 horas (apesar de ainda não estar aplicado a todos os trabalhadores);
- O fim da limitação à abertura de concursos para admissão de pessoal na administração pública.

No entanto, há ainda um conjunto de situações que lesam direitos e interesses fundamentais dos trabalhadores que resultaram das políticas dos últimos anos.

Nesse sentido, a Frente Comum exige:

- Aumento de 4% em 2017, com um mínimo de 50 €
- Actualização do salário mínimo da Administração Pública para 600 €, com subsequente repercussão nos restantes salários
- Aumento real dos salários e das pensões em 4%, com um mínimo de 50 €, por forma a iniciar a recuperação das perdas salariais ocorridas nos últimos anos, fruto do congelamento dos salários desde 2009 e das carreiras desde 2005
- Descongelamento da progressão nas posições remuneratórias, adequando as categorias profissionais aos seus conteúdos funcionais, estabelecidos com a Lei n.º 12-A/2008
- Reposição do valor do pagamento das horas extraordinárias com acréscimo de 50% pela primeira hora ou fracção desta e 75% por cada hora ou fracção subsequente em dia útil e, a 100% por cada hora ou fracção em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, e em dia feriado e, reposição do descanso compensatório
- Actualização do subsídio de refeição para 6,5 €
- Reposição da forma de cálculo das pensões e das condições gerais para aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade
- Reposição do pagamento do subsídio de Natal em Novembro, criando condições que permitam o fim do seu pagamento em duodécimos
- Alargamento dos escalões de IRS
- Descongelamento das deduções específicas em sede de IRS
- Dedução em sede de IRS de todas as despesas resultantes do exercício da atividade profissional, sejam as que resultam de frequência de ações de formação, sejam as que decorrem da aquisição de equipamento e material indispensável a essa atividade.
- Regulamentação da legislação dos suplementos de penosidade, insalubridade e risco
- Criação do suplemento de isenção de horário de trabalho, disponibilidade e tempo de espera
- Identificação e regulamentação das carreiras de desgaste rápido
- Reposição dos dias de férias roubados
- Revisão do sistema de avaliação de desempenho em vigor e das regulamentações específicas dele decorrentes

PROPOSTA REIVINDICATIVA PARA 2017

DEFENDER O EMPREGO PÚBLICO E ACABAR COM O TRABALHO PRECÁRIO

- Revogando as normas mais gravosas da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
- Repondo e aplicando o vínculo de nomeação a todos os trabalhadores que exerçam funções públicas
- Pondo fim a quaisquer bloqueios à contratação de trabalhadores na Administração Central, Regional ou Local
- Eliminando a precariedade na Administração Pública (contratos a termo, actividades ocupacionais, contratos de emprego-inserção, estágios ou falsos recibos verdes) e abrindo procedimentos concursais que garantam a vinculação de todos os trabalhadores que estejam no exercício de funções correspondentes a necessidades permanentes dos serviços
- Garantindo o adequado financiamento das instituições de ensino superior com vista à criação de mais emprego estável
- Revogando a lei da requalificação, permitindo a recolocação nos serviços de origem aos actuais trabalhadores em regime de requalificação e mobilidade

RESPEITAR OS DIREITOS SOCIAIS E LABORAIS INDIVIDUAIS E COLECTIVOS

- Defendendo a negociação e a contratação colectiva
- Defendendo o sistema público de pensões
- Defendendo o direito ao emprego e o reforço do papel da Administração Pública na satisfação das necessidades básicas da população
- Defendendo a ADSE e mantendo-a como sistema complementar de saúde dentro da Administração Pública, reduzindo o valor das contribuições, fixando-as em 1,5% sobre o período de 12 meses, alargada aos trabalhadores de toda a Administração Pública, independentemente do tipo de vínculo

35 HORAS PARA TODOS

- Aplicando o horário semanal de 35 horas a todos os trabalhadores que exerçam funções públicas, quer em regime de contrato de trabalho em funções públicas quer com contrato individual de trabalho.

Para a Frente Comum, seria determinante, para o sucesso dos processos negociais decorrentes desta proposta e das soluções que o governo venha a apresentar para os problemas a existência de uma negociação séria e transparente, participada pelos trabalhadores e com resultados, bem como a conclusão de um acordo prévio sobre o método negocial, o qual deve garantir a concretização de um efectivo direito à informação, bem como estabelecer os conteúdos a negociar e os respectivos calendários, assegurando a capacidade de decisão em relação ao acordado.

